



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**INDISSOCIABILIDADE ACADÊMICA versus INOBSERVÂNCIA A
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

NAPIÊ GALVÊ ARAÚJO SILVA

**REDENÇÃO-CE
2020**

NAPIÊ GALVÊ ARAÚJO SILVA

**INDISSOCIABILIDADE ACADÊMICA *versus* INOBSERVÂNCIA A
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para obtenção dos créditos do título e bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Polyana Karina Mendes Ximenes

REDENÇÃO-CE
2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Napie Galve Araujo.

S586i

Indissociabilidade acadêmica versus inobservância a extensão universitária / Napie Galve Araujo Silva. - Redenção, 2020.
49f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Polyana Karina Mendes Ximenes.

1. Extensão Universitária. 2. Indissociabilidade acadêmica. 3. Universidade. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 658

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

NAPIÊ GALVÊ ARAÚJO SILVA

**INDISSOCIABILIDADE ACADÊMICA *versus* INOBSERVÂNCIA A
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Especialista em da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof.a. Dr. Polyana Karina Mendes Ximenes

Prof.(a) Dra. Sandra Maria Guimarães Callado

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta conquista na minha vida.

A Instituição de Ensino Unilab e o Município de Redenção pela receptividade e promoção ao Ensino e a Pesquisa durante todo este percurso.

Aos professores, tutores, técnicos administrativos, Coordenadores da Unilab, colegas de sala pela companhia e colaboração nas atividades acadêmicas.

A minha orientadora Prof(a). Dr(a). Polyana Karina Mendes Ximenes

Aos meus familiares.

Enfim, o caminho foi árduo, mas de grande importância para a minha vida pessoal e profissional.

Lista de Quadros

Quadro 1: Artigo 206 da CF/88 *versus* Artigo 206 da LDB 9.394/96

Quadro 02: Insumos e Produtos Educacionais.

Quadro 03: Tipificação de conhecimento Universitário e Pluriversitário.

Quadro 04: Visão dos docentes enquanto a prática da extensão universitária.

Quadro 05: N° das Resoluções de Progressão docentes por IES.

Quadro 06: Leis e Portarias, que regulamentam atividade docente.

Quadro 07: Carreira do Magistério Superior.

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Distribuição dos docentes em todos os *campi* da UFERSA.

Tabela 02: Pontuação de Progressão docente das IES pesquisadas.

Tabela 03: Peso do Projeto de Extensão x Publicação em anais de congresso, para progressão docente.

Lista de Ilustrações

Figura 01: A indissociabilidade acadêmica por meio de uma visão transdisciplinar.

RESUMO

Perante a busca da eficiência dentro da gestão pública. Esse trabalho se debruçará sobre a eficiência de nove Instituições de Ensino Federal públicas da região Nordeste, como autarquias da administração pública indireta. Eficiência essa que deve ser pautada pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o Art. 207 da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB. Assim, o presente trabalho tem por objetivo mapear inobservância da prática docente extensionista, e a estrutura narrativa das resoluções que regulamentam a progressão docente das IFES da região Nordeste. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, fazendo uso das técnicas de pesquisa documental, por meio dos instrumentos da estrutura narrativa das resoluções que regulamentam a progressão docente das 9 (nove) IFES pesquisadas. A pesquisa concluiu, que pela estrutura narrativa de classificação da pontuação para a progressão docente das resoluções das referidas IFES analisadas, nos três eixos da tríade acadêmica, que os docentes 40 horas D.E conseguem progredir apenas com as atividades de ensino, consorciadas a orientação de TCC. Não dando ao docente o caráter de obrigatoriedade para a realização das atividades de extensão acadêmica, o que viola o princípio da indissociabilidade acadêmica.

Palavras chaves: Extensão Acadêmica, Indissociabilidade acadêmica, Universidade.

ABSTRACT

Facing the search for efficiency within public management. This work will focus on the efficiency of nine public Federal Education Institutions in the Northeast region, as municipalities of the indirect public administration. This efficiency must be guided by the inseparability of teaching, research and extension activities, according to Art. 207 of the Law of Directives and Bases of Education - LDB. Thus, the present work aims to map non-compliance with extension teaching practice, and the narrative structure of the resolutions that regulate the teaching progression of the IFES in the Northeast region. The methodology used was of a qualitative nature, making use of documentary research techniques, through the instruments of the narrative structure of the resolutions that regulate the teaching progression of the 9 (nine) researched IFES. The research concluded, that by the narrative structure of classification of the score for the teaching progression of the resolutions of the referred IFES analyzed, in the three axes of the academic triad, that the teachers 40 hours DE are able to progress only with the teaching activities, consortium the orientation of CBT . Not giving the teacher the mandatory character to carry out academic extension activities, which violates the principle of academic inseparability.

Key words: Academic Extension, Academic Inseparability, University.

Sumário

Introdução:.....	12
1.0 - Referencial Teórico:	15
1.1 -Universidades.....	15
1.1.1 - Origem das Universidades:	15
1.1.2 - Regulamentação e Institucionalização:.....	16
1.1.3 - Indissociabilidade Acadêmica:	18
1.2 - Eficiência Acadêmica:.....	21
1.3 - Extensão Acadêmica:	26
2.0 - Metodologia:.....	31
2.1 – Tipo de pesquisa:.....	31
3.0 - Resultados e Discussões:.....	34
3.1- Normativas/ Decretos/ e Portarias:.....	34
4.0 - Considerações Finais:	44
Referências Bibliográficas:	46

Introdução:

Administração pública é pautada e regida por princípios constitucionais, que primam pelo bem-estar do cidadão, por meio dos seus serviços prestados. Dentre esses princípios da administração pública, a eficiência e a economicidade aparecem como instrumentos da máxima utilização dos recursos humanos e materiais, no intuito do maior resultado, ao menor custo possível. Por conseguinte, pode-se classificar administração pública em direta e indireta. Sendo essa última composta por autarquias, empresas, fundações públicas e sociedades de economia mista.

Dentre as citadas acima, se debruçará a pesquisa sobre a eficiência¹ de nove Instituições de Ensino Federal públicas da região Nordeste, como autarquias da administração pública indireta. Eficiência essa que deve ser pautada pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o Art. 207 da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB. Ademais as universidades são geralmente conhecidas e classificadas pelos indicadores de ensino, como por exemplo: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, que tem por objetivo avaliar e acompanhar a capacidade de aprendizado dos estudantes egressos das Instituições de Ensino Superior - IES . Já nas atividades de pesquisa pelo *ranking* das melhores universidades do mundo, dentre elas: *Times Higher Education e Quacquarelli Symonds*, que avaliam essas instituições pela sua produção acadêmica e depósito de patentes a nível global.

Todavia, o mesmo cenário das pesquisas acadêmicas não se transpõe para as atividades de extensão universitária. ‘Consoante, que essas atividades não ganham os holofotes como as demais já anteriormente citadas, tanto dentro, quanto fora da comunidade acadêmica nacional e internacional’, de acordo com (FORPROEX, 2012, p.27). Apesar de haver evidências de premiações aos projetos e programas de extensão; bem como associações de atividades de extensão acadêmicas, dentre outras. ‘Porém as

¹ Princípio da eficiência é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.

Instituições Federais de Ensino, sejam elas públicas e/ou privadas, não se tornam referência conhecida e/ou reconhecida pelas suas atividades extensionistas' (FORPROEX, 2012, p. 35).

Por conseguinte, esse trabalho tem por objetivo mapear inobservância da prática docente extensionista, e a estrutura narrativa das resoluções que regulamentam a progressão docente das IFES da região Nordeste. Dado a indissociabilidade do tripé acadêmico: Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim como, na observância do princípio da eficiência da administração pública, em razão dos docentes aprovados em concursos públicos, em quase sua totalidade ser Dedicção Exclusiva – D.E.

Dessa forma, os docentes que são D.E nas IES públicas federais, têm por incumbência ao tomarem posse das suas funções, exercerem simultaneamente as atividades de ensino/pesquisa/extensão no intuito de garantir o princípio da indissociabilidade da tríade ensino/pesquisa/extensão. Não obstante, que o tripé acadêmico não é mutuamente excludente, mas se complementam dentro da prática docente.

Contudo, acredita-se que a inobservância junto à prática extensionista universitária dos docentes da IES públicas federais, se deva aos próprios regimentos e resoluções, que regulamentam a progressão docente, conforme pesquisa evidenciada por Dos Santos (2019). Visto que, dão o sentido de obrigatoriedade às atividades de ensino e pesquisa. Enquanto as de extensão se configuram como atividades facultadas ou complementares de carga horária.

Perante o até então apresentado, o referido trabalho tem como hipótese, que os docentes das IES públicas federais, não exercem de forma plena a tríade acadêmica ensino/pesquisa/extensão, em razão da falta de indução regimental das resoluções de progressão docente, que não contemplam as atividades de extensão como obrigatórias para a progressão na carreira. Impactando assim, na baixa representatividade de projetos, programas e ações de extensão por parte dos professores das IES. Diferentemente com o que ocorre, quando comparado com as demais dimensões da tríade acadêmica, que são ensino e pesquisa.

Portando, esse trabalho tem como questão problema: Qual a relação da inobservância da prática docente extensionista, e a estrutura narrativa das resoluções

que regulamentam a progressão docente das IES públicas federais do Ne? Escrita essa, que não configura a obrigatoriedade das ações de extensão, a semelhança das atividades de ensino e pesquisa, contrariando o princípio da indissociabilidade acadêmica.

Por conseguinte, esse trabalho tem por objetivo geral: Mapear inobservância da prática docente extensionista e a estrutura narrativa das resoluções que regulamentam a progressão docente das IFES da região Ne. E como objetivos específicos: i) Mapear as normativas, sejam elas decretos, portarias, e leis de âmbito federal que inspiram a construção das resoluções de progressão no âmbito das universidades pesquisadas. ii) Analisar o nível e proporcionalidade de pontuação necessária para progressão docente em cada dimensão do tripé acadêmico. iii) Verificar se o nível de participação docente junto às atividades de extensão se encontra diretamente relacionados com a configuração – classificatória ou complementar - dos regimentos de progressão docente.

O referido trabalho se encontra dividido em quatro partes. Primeiramente com referencial teórico - no qual se propõe fazer uma pesquisa sobre as temáticas das universidades em seu âmbito geral; eficiência acadêmica; e por última extensão universitária. Pesquisa essa, à luz dos principais autores que discutem essas temáticas, tanto em âmbito nacional como internacional. Em segundo, apresenta-se a metodologia, com a descrição das técnicas de alcance dos resultados obtidos. Em terceiro, vêm os resultados e discussões, apresentados por meio de quadros explicativos elaborados para apresentação do objeto da pesquisa. E por último, as considerações finais e recomendações, com suas conclusões e sugestões de novos estudos.

1.0 - Referencial Teórico:

O referencial teórico desse trabalho se encontra dividido em três partes. Na primeira parte se faz uma discussão sobre a origem das universidades no mundo e Brasil; além de uma caracterização da sua institucionalização por meio de lei ordinária; e finalizando com uma discussão sobre a indissociabilidade acadêmica.

Na segunda parte, se discorre sobre o conceito de eficiência, como princípio que norteia a ação dos agentes e órgãos da administração pública. Problematizando, na discussão a inobservância da prática docente, quando os mesmos canalizam as suas atividades laborais apenas pra ensino e pesquisa, e negligenciando as atividades de extensão acadêmica.

Enquanto no último tópico, procura-se caracterizar e discutir sobre as ações de extensão universitária à luz dos teóricos da atualidade. Além de descrever como se materializa essa ponte entre a universidade e sociedade, por meio dos serviços prestados a comunidade.

1.1 -Universidades

1.1.1 - Origem das Universidades:

As universidades foram criadas como espaço de geração e reprodução dos saberes. A sua origem, no ocidente, data dos primeiros séculos da idade média juntamente com o poderio da Igreja como instituição suprema da sociedade medieval (ANDREY *et al.* 2002). Dessa forma, os seus primeiros conhecimentos orbitavam em torno dos conhecimentos eclesiásticos, partindo em seguida para os estudos humanísticos e das ciências naturais.

Assim, foram fundadas outras universidades e essas instituições subsistiam devido aos interesses das autoridades religiosas e aos privilégios concedidos pelos monarcas. As teses passavam por avaliação da Igreja para serem publicadas e muitas foram rejeitadas por irem de encontro aos ideais religiosos da época. Os professores não tinham salários fixos e se mantinham de recursos pagos pelos alunos, que eram os “clientes”.

Para (LE GOFF, 1995), as universidades também surgem concomitante ao crescimento das cidades, e das novas profissões como os homens letrados, que tinham como ofício a arte da leitura e da escrita, além de ensinar, porém surgem vinculados ao poder temporal da igreja.

Ademais, as primeiras universidades datam do início do século XIII, nas cidades de Borlonha, Paris, Monttpellier, como também em Oxfod. As três surgiram como derivação de escolas já preexistentes que tinham em semelhança autonomia e uma natureza corporativa, conforme (DIÓGENES & CUNHA, 2017). Todavia, o crescimento das universidades foi desigual, primeiramente em razão de ser um serviço acessível a poucos, geralmente aos clérigos e aos filhos da nobreza. Nesse contexto, vão se consolidando os seus estatutos e organização administrativa conforme os interesses hegemônicos da época, (LE GOFF, 1995).

Com o fim do sistema de nações do período medieval, e com surgimento do Estado, as universidades passam a incorporar as demandas da nova forma de organização coletiva, no caso, os Estados absolutistas inicialmente, e em seguida, o Estado Democrático.

No Brasil historicamente, considera-se a data de 1572 como “o ano em que o país conquistou o primeiro curso de educação superior no Brasil: os cursos de Arte e Tecnologia junto ao colégio Jesuíta da Bahia” (BARICHELLO, 2001, p. 49).

Para (Buarque, 2003), a Universidade de São Paulo foi a primeira grande instituição de ensino brasileira, que por sua vez, foi implantada em 1934. Esta instituição não tinha vínculos ideais religiosos, monárquico ou submetia-se a políticos brasileiros e foi consequência da articulação entre cientistas brasileiros e franceses. Destarte, o Brasil passou a ter um foco na pesquisa nacional e não mais para fora do país.

1.1.2 - Regulamentação e Institucionalização:

Com a institucionalização do ensino superior no Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu art. 207 afirmando que, “as universidades usufruem de autonomia didática científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” como também “obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a universidade deverá respeitar o que descreve o artigo 206 da Carta Magna,

que dispõe sobre os princípios educacionais e traça um quadro geral e os limites que a autonomia deve respeitar,(DOS SANTOS, 2019).

Por autonomia universitária, entende a partir da leitura de (MAGALHÃES *et al.* 2014), que as IES possuem liberdade para definir sua visão, valores e missão, bem como seus próprios estatutos que venham regulamentar sua política didático pedagógica em consonância com os documentos e pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE. Além de gozar de autonomia financeira, com a elaboração de modelos de autogestão, que viabilize a sua notoriedade no mundo acadêmico por meio de suas pesquisas, ensino, e institutos e órgãos vinculados.

A destarte, insere-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) que anulou a primeira LDB (LDB 4.024/61), esta lei é responsável por fiscalizar o sistema educacional e o seu artigo terceiro, ao reafirmar os princípios constitucionais norteadores da educação, de acordo com Dos Santos (2019), ao dizer que a educação, atualmente, é orientada pelos princípios presentes na Lei Maior, citados no artigo 206, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que em geral são praticamente equivalentes, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 1: Artigo 206 da CF/88 *versus* Artigo 206 da LDB 9.394/96

Redação da Carta Magna	Redação da LDB
<p>“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>I — Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>II — Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III — Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>IV — Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</p> <p>V — Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;</p>	<p>“Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>I — Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>II — Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III — pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;</p> <p>IV — Respeito à liberdade e apreço à tolerância;</p> <p>V — Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>VI — Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</p>

<p>VI — Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;</p> <p>VII — Garantia de padrão de qualidade.</p> <p>VIII — Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.”</p>	<p>VII — Valorização do profissional da educação escolar;</p> <p>VIII — Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;</p> <p>IX — Garantia de padrão de qualidade;</p> <p>X — Valorização da experiência extraescolar;</p> <p>XI — Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.</p> <p>XII — Consideração com a diversidade étnico-racial</p> <p>XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.”</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 01: Elaborado pelo autor, 2020.

1.1.3 - Indissociabilidade Acadêmica:

Para (GOLÇAVES, 2015), ‘A consolidação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é um desafio presente’, principalmente quando a procurou em sua pesquisa, problematizar a tríade acadêmica por meio da teoria do *habitus* de (Pierre Bourdieu, 2003, 2004), e ao revelar que há uma cultura de poder simbólico nas IES das atividades de ensino e pesquisa, quando comparado à extensão acadêmica.

Ainda de acordo com (GOLÇAVES, 2015), ao mostrar em sua pesquisa que os campos de poder, representados pelos capitais simbólicos que regem as IES, são determinantes para revelar a capacidade complementar da tríade acadêmica ensino/pesquisa/extensão, ou sua natureza hierárquica e excludente por um campo de forças simbólicas. No caso, as atividades de ensino sendo a locomotiva principal; seguidas das atividades de pesquisa ainda por uma boa parte da comunidade acadêmica; e por último as ações extensionistas com seu caráter residual nesse campo de forças simbólicas que permeiam a natureza da legalidade e do prestígio acadêmico.

As regras estão postas quando cada agente chega ao campo, sendo que este fará escolhas, a partir de seu *habitus*, o que implicará em sua adesão, omissão ou negativa, nem sempre tão demarcadas e coerentes, e em sua prática. Essas relações ocorrem necessariamente no cotidiano, nas normativas da instituição, na sua estrutura administrativa e nos instrumentos de gestão e avaliação, nas práticas de seus agentes, o contexto no qual são discutidas, construídas e consolidadas concepções (no plural, pois mesmo que haja uma principal, não será

A própria fala de (GOLÇAVES,2015) corrobora com a hipótese dessa pesquisa, ao afirmar que o tratamento residual dispensado às atividades de extensão acadêmicas, decorre da sua própria normativa institucional, assegurada pelo princípio da autonomia universitária. Resoluções essas, que geralmente dispensam as atividades de extensão como meio necessário, e conseqüentemente suficiente para a obtenção de suas progressões funcionais, diferentemente do que ocorre com as demais dimensões da tríade: ensino e pesquisa.

Essa indissociabilidade apenas entre essas duas dimensões ensino e pesquisa, não vem de hoje, segundo (TAUCHEN ,2009), ela se caracterizava como a regra geral do magistério superior no ano de 1965. Na qual, as atividades de extensão eram apenas delegadas aos docentes como uma concessão, no caso para aqueles que eram Dedicção Exclusiva – DE. Para o desenvolvimento de atividades culturais, de assistência, e de difusão do conhecimento.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo. (TAUCHEN, 2009, p. 93).

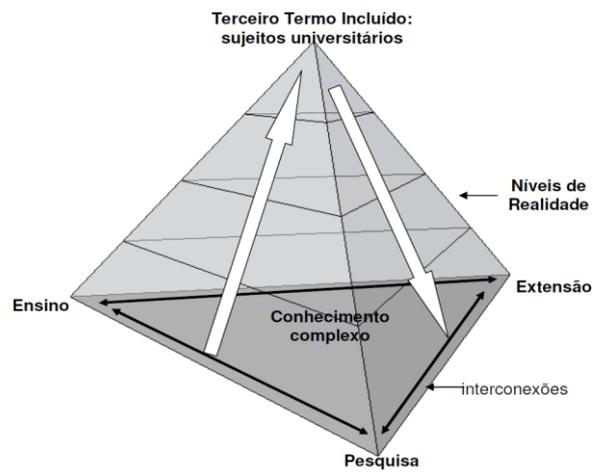
Porém, ao observar na atualidade a prática de uma norma de 55 anos atrás, que mesmo já sendo a regra legal, mas ainda é que prepondera nas relações de forças simbólicas dentro das estruturas acadêmicas das IES. Se furtando, assim, ao pleno exercício da lei da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207 no que se refere ao princípio da indissociabilidade da tríade ensino/pesquisa/extensão.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse papel de complementaridade entre as dimensões de ensino/pesquisa/extensão fica mais evidente na ilustração abaixo, quando se apresenta

as conexões desses diferentes segmentos, por meio de seus atores: alunos, docentes e sociedade, na formulação de um conhecimento mais complexo.

Figura 01: A indissociabilidade acadêmica por meio de uma visão transdisciplinar.



Fonte: (TAUCHEN, 2009)

1.2 - Eficiência Acadêmica:

Ao discutir eficiência acadêmica nas Intuições de Ensino Superior – IES, é necessário citar, inicialmente pelos menos, os cinco princípios fundamentais que regem a administração pública, que são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, publicidade, e a eficiência. Em conformidade com o objeto de estudo desse trabalho, este deter-se-á nesse último princípio, como instrumento balizador da eficiência da prática docente.

O termo eficiência, na administração pública, já remota aos princípios da administração burocrática de Max Weber, com a ideia da sua racionalidade produtiva (MERTON, 1966). Porém a burocracia com a sua engrenagem de garantir a impessoalidade do processo, e o cumprimento das ações públicas nos ditames da legalidade, acabaram se perdendo no uso demasiado das normas, e não na satisfação dos serviços prestados aos beneficiários dos serviços públicos, (CARVALHO, 2019).

É dentro desse contexto acima apresentado, que surge a Nova administração pública, popularmente conhecida como gerencialismo. Modelo esse, que emerge como respostas aos Estados burocráticos, que se encontrava em graves crises fiscais, em sua grande maioria pelo tamanho do Estado social de bem-estar. Dessa forma, o gerencialismo nasce no terreno fértil e crescente do neoliberalismo, que apregoa um Estado cada vez menor em sua participação na composição da geração da riqueza econômica, (Bresser, 1996).

Com o intuito dessa redução Estatal, e na garantia da continuidade da prestação plena dos serviços públicos dentro da ótica gerencialista da administração pública, a mesma começa a fazer uso mais profícuo do princípio da eficiência como bandeira e logo marca desse novo modelo de gerir a coisa pública, ou seja, utilizar menos recursos sem reduzir o nível de bem-estar social, conforme (SOUZA e SANTOS 2016). Colocando sempre o seu enfoque na métrica dos resultados, como instrumento avaliador da eficiência dos gastos públicos, ora financiados pela sociedade por meio de seus tributos diretos e indiretos.

Infelizmente essa ótica produtivista não possui uma aceitação geral dentro dos ambientes universitários, pois para muitos pesquisadores o modo de fazer ciência, não

se assemelha a uma linha produção industrial. A própria dinâmica da geração de novos conhecimentos por meio das pesquisas e trabalhos acadêmicos sejam de ensino e extensão, possuem um movimento intrínseco a sua natureza. Além do fato desse modelo da eficiência da nova gestão pública, carregar em si, os seus parâmetros de produtividade pautados na gestão por resultados da ótica da iniciativa privada, o que acaba mais ainda ampliando o discurso de rejeição por parte de muitos docentes, conforme (BELLONI, 2000).

Essa nova onda da administração pública passa a permear todas as esferas do Estado, tanto na administração direta como indireta, mesmo com a rejeição e resistência dos sindicatos do funcionalismo público. No caso das universidades que são autarquias da administração indireta, começamos a observar esse mesmo fenômeno de implantação e rejeição, a partir da ideia corroborada por (Lima, 1998. P,73) ao afirmar quer:

Aposta no aumento da qualidade através de ganhos de eficiência interna e do crescimento da produtividade das instituições, o modelo institucional gerencialista emerge vigorosamente, entre discursos políticos, atos legislativos, medidas aparentes avulsas de administração, ganhando adeptos entre setores conservadores e tecnocráticos, dentro e fora das universidades.

Partindo dessa ótica do Estado como organização produtiva, e o cidadão como cliente dos seus serviços prestados, procuraremos no quadro 01, demonstrar como funciona a engrenagem de uma organização educacional, no caso as universidades como produtoras de conhecimento, e formadora de mão de obra qualificada. Dessa forma, tem-se a possibilidade de visualizar como se estrutura em processo formativo, no que se refere a insumos e produtos educacionais, de acordo com (MANCEBON e MUNIZ 2008).

Quadro 02: Insumos e Produtos Educacionais.

Natureza	Características
A natureza múltipla e intangível do produto.	Produtos educacionais podem ser classificados como: conhecimento e habilidades, valores, atitudes, entre outras características
Participação do cliente no processo produtivo.	O cliente (aluno) não é meramente um demandante da mercadoria, mas atua de forma decisiva no processo produtivo
Heterogeneidade dos serviços educacionais.	A participação do estudante no processo produtivo, as unidades produtivas se diferenciam umas das outras
Dimensão temporal.	A obtenção de resultados no processo produtivo podem não ser suficiente para uma mensuração

	completa da produção do setor educativo, visto que é necessário observar uma trajetória completa da vida dos estudantes
Caráter acumulativo do ensino	Necessita-se observar o acúmulo de conhecimento adquirido na trajetória.
Incidência de fatores exógenos	Característica tem como embasamento a denominada educação informal, que não é obtida pelos anos de estudos, mas sim por experiências fora do setor educacional.

Fonte: Mancebon e Muniz (2008)

As universidades possuem uma observância direta com o princípio da indissociabilidade das práticas acadêmicas, que são ensino/pesquisa/ extensão, por meio do Art. 207 da Lei maior de número 9.394/96, que rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Procurar-se-á, nessa discussão teórica, ver e enxergar como o princípio da eficiência acadêmica se materializa e se constrói.

Infelizmente há uma discussão sobre o equilíbrio da prática docente nas IES públicas. Prática essa, que geralmente se encontra mais materializada nas atividades de ensino e pesquisa, e menos de extensão; conforme (Dos Santos, 2019), ao revelar em sua pesquisa que todos os professores da IES analisada se encontravam lotados em atividade de ensino, até mesmo em razão da não configuração de abandono de emprego. Tendo em vista, que atividades de sala de aula nas universidades, acabam sendo um dos principais indicadores do exercício profissional do referido grupo pesquisado. Enquanto em percentual menor, teríamos a participação dos mesmos nas atividades de pesquisa, e em número mais reduzido ainda, nas práticas de extensão, de acordo com o quadro abaixo.

Tabela 01 - Distribuição dos docentes em todos os *campi* da UFRSA.

IES / Atividades	Ensino	Ensino e Pesquisa	Ensino e Extensão	Ensino/ Pesquisa / Extensão	Total de Docentes
Docentes por pilar	200	324	59	118	701
Percentual por pilar	29%	46%	8%	17%	100%
Total	-	-	-	-	701

Fonte: Dos Santos (2019)

Pelos resultados da Tabela 01, percebe que a eficiência da prática docente não se encontra equalizada, naquilo que as IES se propõem sobre a indissociabilidade das práticas de ensino/pesquisa/extensão. Essa mesma ideia é corroborada de certa forma por (ALVES, DORNELES, MARINHO, TAHIM, LIMA 2012), ao afirmarem sobre o prestígio da prática docente nas IES. Os autores não falam em exercício das atividades ensino/pesquisa/extensão, mas sim de prestígio e reconhecimento que as mesmas possam trazer aos docentes ao longo das suas carreiras nas IES. Dessa forma, para os autores as motivações das atividades de pesquisa por parte dos docentes, acabam sobrepondo aos interesses e dedicação quando comparado as atividades de ensino.

O segundo fator, também decorrente da ênfase dada à pesquisa, seria com relação aos critérios de avaliação de produtividade e qualidade docente que atualmente concentram-se na produção acadêmica, gerando uma concorrência entre ensino e pesquisa, na qual a pesquisa leva a vantagem da premiação restando ao ensino certo desprestígio, comprometendo assim o equilíbrio entre os três pilares de sustentação da universidade: ensino-pesquisa-extensão.(ALVES, DORNELES, MARINHO, TAHIM, LIMA 2012, p.2),

Contudo, se percebe que há uma eficiência acadêmica distorcida na prática docente, porém a mesma não anda de forma equânime, naquilo que se propõe a indissociabilidade da prática universitária, conforme reza a lei. Por sua vez, os docentes vão canalizando suas atividades por afinidades acadêmicas, comodismos; por falta de incentivos; por conveniência; e oportunidades; dentre os mais variados fatores sejam eles de ordem subjetiva ou não.

Além desses fatores, há também aqueles docentes que muitas vezes não se engajam em atividades acadêmicas, sejam de pesquisa ou extensão, por falta de experiência na sua formação. Principalmente quando nos referirmos às atividades da extensão. Dado que muitos professores podem perpassar pela graduação, mestrado e doutorado sem nunca ter experienciado uma atividade extensionista. Necessitando portanto, de redes de parcerias com outros docentes da mesma IES como que possam possibilitar esse amadurecimento por meio de trocas de experiências e discussões conjuntas, de acordo com (MARCELO GARCIA, 2009).

Todavia, os docentes são convocados com o dever agir da eficiência pública independentemente das circunstâncias acima supracitadas, no intuito de garantir a utilização racional do erário público. Utilização essa, que deva se encontrar materializada na interação professores e alunos em ações de ensino/pesquisa/extensão,

na possibilidade de associarem os conhecimentos teóricos, na vida prática, sejam esses em ambientes profissionais, familiares e sociais, conforme (COSTA, SOUZA, SILVA 2014).

Mas infelizmente, essas métricas da produtividade acadêmica na realidade das IES brasileira se encontram ainda pautadas apenas nos resultados obtidos com o número de formando – ótima da formação e qualificação de mão de obra para o mercado. E na produção de novos conhecimentos – por meio das publicações, e depósitos de patentes oriundas das pesquisas realizadas, (CORBUCCI, 2000).

Todavia, não se consegue captar nesses indicadores de eficiência acadêmica nenhum índice voltado para a extensão acadêmica. É como se essa dimensão da função social universitária ganhasse um tratamento de apêndice, de uma atividade secundária e não essencial, quando comparadas em efeitos práticos e tratamentos dado, dentro e fora dos ambientes acadêmicos.

Ademais a eficiência acadêmica vai se consolidando na realidade brasileira das IES apenas pelas suas atividades de ensino e pesquisa, contrariando a indissociabilidade acadêmica, que revela um caráter complementar entre as áreas de ensino/pesquisa/extensão. É dentro dessa moldura teórica que observamos avanços a caracterização e construção do termo de eficiência acadêmica, na inobservância da indissociabilidade universitária, a semelhança da fala de (De Deus, *et al.* 2018, p.2-3).

Outro aspecto que deve ser considerado é apontar a extensão universitária como a terceira missão da universidade. Qual a justificativa para ser a terceira? Ou seria a extensão universitária alguma espécie de nuvem que vaga sobre o ensino e a pesquisa, em alguns dias, se aproximando mais do ensino e, em outros, da pesquisa? Isso implica institucionalizar a extensão universitária em cada universidade como essencial para o funcionamento institucional e a formação cidadã.

1.3 - Extensão Acadêmica:

A extensão universitária é o mecanismo ou tentáculos que as universidades possuem de alcançar a sociedade, apresentando a ela, as suas produções de conhecimentos, seja por meio de projetos sociais, demandas econômicas, jurídicas, assistência a saúde, desenvolvimento de tecnologias sociais ou não, dentre outras. Em outras palavras a extensão acadêmica é veículo promotor da transferência de conhecimentos da universidade para com a sociedade (GARRAFAS, 1987/1988).

Em adição a essa ideia, o Fórum Nacional dos Pró-reitores de extensão em seu I encontro já no final da década de oitenta e na observância dos princípios constitucionais que regem as autarquias da administração pública - universidades, conceituaram a extensão conforme (FORPROEX, 2006):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Por conseguinte, também se têm a resolução normativa de Nº 7 de 2018 do MEC, que regulamenta as atividades de extensão nos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares. Dessa forma, as atividades de extensão ganham nesse processo atual uma notoriedade por parte da comunidade acadêmica em geral. Fato esse, que com o amadurecimento da implementação nas IFES, venha mudar o quadro complementar dessas atividades.

Já para (FALCÃO, 2006), os projetos de extensão universitários se configuram como a função social das IES, na medida em que as mesmas ofertam a comunidade circunvizinhas projetos e ações de cunho solidário, econômico, familiar e social para com os mais necessitados, a semelhança do projeto RONDON².

²Caracteriza-se como um espaço de formação e ação multidisciplinar, permitindo ao estudante desenvolver atividades de aproximação dos universitários a realidade do país, contribuindo, também, para o desenvolvimento de comunidades carentes. Colabora com a formação extensionista e empenham-se em capacitar os universitários na organização da sociedade civil na defesa dos direitos de cidadania. Sua missão é possibilitar a troca humana e profissional entre os participantes do Projeto Rondon e às comunidades receptoras, sendo isso de importância fundamental na formação de todos. Uma verdadeira aula de Brasil, isto é que é o Rondon (UnB, 2011).

Ademais, alguns teóricos enxergam a extensão acadêmica como uma modalidade de estágio, na qual os alunos devam experienciar as suas primeiras práticas profissionais, a luz dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula (MENDES *et. al.* 2010). Configurando assim, uma troca ou intercâmbio ente os beneficiários das ações e projetos, junto aos estudantes que começam a ter suas primeiras atividades práticas como profissionais.

Reproduzindo assim, atuações profissionais sobre uma preceptoria ou supervisão de um docente, a semelhança do que ocorre nos núcleos de prática jurídica (curso de direito); prática contábil (alunos de contábeis), unidades clínicas (cursos das áreas de saúde), dentre outras modalidades, conforme (NOZAKI, 2012).

Para (FORPROEX, 2012) as atividades de extensão se afirmam dentro dos ambientes acadêmicos como um dos principais terrenos para a interdisciplinaridade dos conhecimentos. Abrangendo aspectos culturais, educativos, econômicos, políticos, cidadania, meio ambiente, cuidados da saúde, dentre outros.

Ainda dentro desse contexto, (VEIGA, 2013) chama atenção que as ações e projetos de extensões, possuem a capacidade de envolver os alunos, bem como toda a comunidade universitária, em programas sócios culturais concretos, em que os atores envolvidos desenvolvem um conhecimento rico em saber científico e popular.

Igualmente, essa discussão remete a idéia da tríade acadêmica ensino/pesquisa/extensão. O que levaram Santos e (ALMEIDA FILHO, 2008) a categorizar dois tipos de ambientes que permeiam a realidades das IES, que são os conhecimentos universitários e pluriversitários, conforme a descrição do quadro 03, que revela como o primeiro ambiente acadêmico ainda se encontra circunscrito intrínseco aos muros das salas de aula, dos laboratórios de pesquisas, e da própria universidade. Fala essa também corroborada por (De Deus *et. al.*, 2018, p.4), ao afirmar:

‘Os currículos fechados em que os estudantes necessitam cumprir uma carga horária estruturada em créditos de disciplinas profissionalizantes, sendo muitos obrigatórios e poucos eletivos; o acomodamento tanto docente quanto discente; e a própria estrutura universitária que se coloca distante do cotidiano, dos movimentos sociais, das demandas gerais da sociedade, com uma rigidez ancorada na burocracia e nos pequenos poderes internos inerentes a todos os órgãos públicos.

Enquanto o segundo se apresenta como um conhecimento integrado e inclusivo com as mais variadas demandas da sociedade, e principalmente naquilo em que as IES se propõem na sua tríade funcional. Dessa forma, conforme afirma (PINA-OLIVEIRA,

2014) a extensão inovadora possui a capacidade de transladar os conhecimentos, por meio da articulação entre ensino e pesquisa. Na mesma linha de pensamento (De Deus, *et. al*2018, p.6) fala que:

‘A extensão é o lugar da alteridade por excelência. A partir dela, a universidade realiza o reconhecimento da diversidade sociocultural e etnicorracial e permite a construção e o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo’.

Quadro 03: Tipificação de conhecimento Universitário e Pluriversitário.

Universitário	Pluriversitário
Ênfase na produção do conhecimento	Ênfase na coprodução e aplicação do conhecimento
Foco nos pesquisadores	Foco nos pesquisadores e utilizadores
Objetivos e ritmos da investigação são definidos pela equipe de pesquisadores	Objetivos e ritmos da investigação são compartilhados pelos pesquisadores e participantes
Metodologias de pesquisa baseadas na neutralidade científica	Metodologias participativas de investigação e pesquisa-ação
Conhecimento hegemônico, homogêneo e hierarquizado entre pares	Conhecimento contextual, heterogêneo e mediado por atores sociais relevantes
Verticalização absoluta do conhecimento científico	Redução de assimetrias entre os diferentes conhecimentos
Menor responsabilidade social relacionada à aplicação das descobertas científicas	Princípio organizador da produção científica é a aplicação do conhecimento
“Fixaçãodefronteiras” disciplinares e multidisciplinares	“Construção de novos caminhos” inter/transdisciplinares
Sistemas mais rígidos e lineares	Sistemas mais abertos e complexos
Unilateralidade entre a Universidade e a Sociedade	Interatividade potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação
Formação profissional e crítica	Formação cidadã e solidária

Fonte: Adaptado de Santos e Almeida Filho (2008), *apud* PINA-OLIVEIRA, A. A.; CHIESA, A. M (2016).

Embora para (RIBEIRO, 2011, p.85) “a universidade deva superar o enfoque da extensão universitária como um mecanismo meramente de projeção social, como um conjunto de ações bem intencionadas junto à comunidade”.

Além disso, muitos docentes enxergam na extensão a capacidade prática dos conhecimentos teóricos, haja vista que na maioria das vezes as matrizes curriculares contemplam em sua grade, muito mais o arcabouço teórico em detrimento do prático. Seja por falta de infraestrutura e investimento, ou mesmo pela praticidade na gestão de transmissão de conhecimentos teóricos, quando comparado as atividades de preceptoria ou estágio supervisionado. Ideia essa já corroborada por (Santos, 2014) ao discutir a valorização e expansão das atividades de extensão universitária.

“No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”.(SANTOS, 2004, p. 53-54)

Apesar de que, (GOLIN, 2006) chama atenção para que não incorram nas atividades de extensão, uma lacuna da formação de ensino. Tendo as atividades de extensão como meio reparador para as ausências de atividades práticas dos acadêmicos. Não que a mesma não possa cumprir esse papel. Contudo sua missão na indissociabilidade acadêmica vai além.

Essa ideia acima pode ser corroborada na atualidade com as atividades complementares. Atividades essas, para a integralização da carga horária em conjunto com as disciplinas obrigatórias e optativas, conforme o Plano Nacional de Educação – PNL 2014, ao determinar um percentual de mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014). Haja vista que, geralmente nos Projeto Político Pedagógico - PPP dos cursos de graduação, prevêem cursos, projetos, e atividades de extensão que ganham evidência na formação dos discentes das IES.

Ao querer discutir o papel da extensão universitária dentro da premissa da indissociabilidade das universidades, pode se perceber pelo quadro 04 logo abaixo, que essa dimensão por parte dos docentes que compõem as IES, ainda não ganhou maturidade e notoriedade por parte dos seus pares. E que esse conflito é muito bem retratado na pesquisa desenvolvida por Hunger, Dagmar et al (2014), junto a dois

grupos de 10 docentes de duas IES públicas do interior de São Paulo sobre os dilemas da extensão universitária.

Quadro 04 – Visão dos docentes enquanto a prática da extensão universitária.

Função Útil	Falhas e Incoerências
A Extensão seria uma forma de a gente tentar deixar de ser um sistema tão fechado e estar sujeito, também, a trocas. (professor 4 – U1) ³	A Extensão funciona de maneira complicada. Fica distante das determinações ou das funções que deveria ter. (professor 2 – U1)
Acaba sendo uma prestação de serviço à comunidade. Aí está o caminho da possibilidade social da atividade dentro da Universidade, o docente colocando-se à disposição da sociedade. (professor 3 – U1)	O Caderno de Extensão Universitária é lindo, as propostas são maravilhosas, mas não sinto que isto seja realidade no campus. (professor 2 – U1)
Acredito na prática da Extensão porque possibilita o desenvolvimento de projetos de pesquisa. (professor 2 – U1)	Não foi pensado num projeto único do departamento. Está na fase dos sonhos. (professor 3 – U1)
Se você não fizer esta ponte, você não vai lá, não vê os anseios e não pode vir para cá para produzir coisas que é o que a sociedade está precisando. (professor 6 – U2)	Não existe um coordenador de Extensão. (professor 6 – U2)
É uma forma de você captar recursos para desenvolver mais pesquisas, utilizar mais o ensino com recursos que nem sempre são suficientes através do Estado. (professor 6 – U2)	A minha experiência foi muito ruim com relação a Escola de Extensão. Eu acho que eles não tem uma política. (professor 9 – U2)

Fonte: Adaptação do autor, a partir Hunger, Dagmar et al (2014).

O quadro acima retrata bem essa relação tênue de relevância e tratamento suplementar que extensão universitária vive nas IES. Por vez, os docentes reconhecem a sua importância como modalidade de transmissão de conhecimento junto a sociedade, a partir dos conhecimentos gerados tanto em sala de aula, como por intermédios das pesquisas realizadas. Como também, vê a ausência de uma política nacional de extensão, a semelhança do que há com as atividades de ensino e pesquisa. Tanto no que se refere a incentivos financeiros, como normativas e orientações de padronização das ações em território nacional, por parte dos órgãos de promoção e regulamentação, a

³U1 e U2: Refere-se à universidade 1 e 2, respectivamente. Enquanto o numeral após o professor, a identificação do docente de cada IES.

semelhança do Ministério da Educação e Cultura – MEC, e Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, com exceção do Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão.

2.0 - Metodologia:

2.1 – Tipo de pesquisa:

A referida pesquisa, quanto à sua natureza se classifica como qualitativa. Para Michel (2015), a pesquisa qualitativa se propõe a colher e analisar dados descritivos, obtidos diretamente da situação estudada; enfatiza o processo mais que o resultado, para o que precisa e retrata a perspectiva do objeto a ser pesquisado. Dentro do universo das técnicas de pesquisa qualitativa, o referido estudo fará uso da análise documental. Por conseguinte, fez-se uso das leis normativas e regulamentos de âmbito federal, como: Constituição Federal, LDB, Portarias do MEC, dentre outros. Além das próprias resoluções das IFES pesquisadas.

Assim, Evangelista (2008, s/p), se refere sobre a importância dessa técnica de pesquisa, e a natureza da complexidade na discussão e construção narrativa que os textos documentais possuem em si, ao afirmar: “Documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discussões; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico”. A partir da afirmação do autor, se escolheu essa técnica como trajetória metodológica da pesquisa.

2.2 – Natureza dos Dados:

Os dados da pesquisa se configuram como dados primários, mesmo sendo de natureza documental, dado que ainda não houve nenhum tratamento de análise sobre os mesmos, principalmente no que se refere às 9 (nove) resoluções de progressão docentes das IFES pesquisadas. Assim, conforme Evangelista (2008, s/p), ao afirmar:

“As fontes primárias trazem as marcas da sua produção original, de seu tempo de produção, de sua história. É necessário, então, captar as múltiplas determinações da fonte e da realidade que a produz; significa dizer captar os projetos litigantes e os interesses que os constituem, que tampouco serão percebidos em todos os seus elementos”.

2.3 – Técnica de Pesquisa:

Ademais, análise documental corrobora diretamente na busca da problematização do referido estudo, ao abordar o tratamento secundário que as atividades de extensão ganham no meio acadêmico, quando comparadas com as demais dimensões que são ensino e pesquisa. Construindo, assim, quadros demonstrativos da representação percentual das três dimensões acadêmica, para a progressão docente. Tendo como origem desse tratamento desigual, conforme a hipótese do trabalho, a razão da construção da narrativa das resoluções que regulamentam as progressões funcionais dos docentes das IFES analisadas.

Entende-se por estrutura narrativa, a construção textual a partir dos termos e linguagens empregados, com os seus respectivos significados reais e simbólicos. Revelando, portanto, uma estrutura de interesses, e intencionalidades dentro de uma redação textual, seja ela oficial como o nosso objeto de estudo, ou não.

No intuito do alcance dos objetivos propostos da pesquisa, se fará uso de uma análise minuciosa das resoluções que regulamentam a progressão docente de nove IES públicas federais da região Nordeste - Ne. No propósito de uma amostra representativa dessas instituições, escolheu-se uma IFES de cada Estado da região Ne. Essas resoluções foram coletadas por meio de pesquisa junto aos *sites* das IFES, nas sessões da Comissão de Progressão de Pessoal Docente – CPPD; Pró-reitorias de Gestão de Pessoas – PROGEPE, conforme o quadro 05.

Quadro 05: N° das Resoluções de Progressão docentes por IFES.

SIGLA	IES	N° da RESOLUÇÃO/ ANO	CONSELHO	ANO DE FUNDAÇÃO
UFC	Universidade Federal do Ceará	22/2014	CEPE	1954
UFPI	Universidade Federal do Piauí	07/2012	CONSUN	1971
UFAL ⁴	Universidade Federal de Alagoas	61/2010	CONSUNI	1961
UFS	Universidade Federal de Sergipe	26/2012	CONSU	1963
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	09/2019	CONSU	1947
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-	10/2014	CONSUNI	2005

⁴ As últimas portarias e lei de regulamentação da atividade docente pela União datam de 2013. Porém, as IFES como UFAL, UFPI, UFS suas resoluções de texto base sobre progressão e avaliação docente datam, antes desse período. Porém as IFES produziram resoluções complementares apenas para adequação das novas regras não alterando a integridade do texto original depois de 2013.

	Árido			
UFMA	Universidade Federal do Maranhão	204/2017	CONSAD	1966
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	03/2013	CONSU	1952
UFBA	Universidade Federal da Bahia	03/2016	CONSUNI	1946

Fonte: Autor (2020)

A referida pesquisa qualitativa de análise documental, se encontra dividida em três etapas, que são:

1. Pré-análise dos documentos, resoluções, normas e leis que regulamentam atividades docentes em sua constituição e progressão na carreira. Além dos seus aditivos com alteração da redação original em artigos e incisos das referidas regulamentações.
2. Organização desses materiais, após sistematização dos dados coletados, no que se referem similaridades, diferenças e dissonância das estruturas narrativas das resoluções, no que se refere ao enquadramento das atividades de extensão, quando comparadas com as demais dimensões da tríade acadêmica, como requisitos para a progressão horizontal na carreira docente.
3. Tratamento dos dados foi apresentado por meio de quadro analítico comparativo, diagramas e figuras que possam retratar o peso das atividades de Ensino/ Pesquisa/ Extensão para a progressão docente, bem como exercício da sua obrigatoriedade ou não, em cada uma dessas três dimensões, de acordo com a estrutura narrativa das resoluções de progressão docente.

3.0 - Resultados e Discussões:

3.1- Normativas/ Decretos/ e Portarias:

Ao debruçar-se sobre os documentos de análise da referida pesquisa, ou seja, as resoluções que regulamentam as progressões docentes pelos órgãos superiores das universidades analisadas. Pode-se perceber na construção narrativa de suas resoluções, a observância as regulamentações de órgãos superiores da União, principalmente aquelas oriundas do Ministério da Educação – MEC, tendo como ótica a eficiência conforme (BELLONI, 2000). De acordo com apresentação do quadro 06.

Quadro 06: Leis e Portarias, que regulamentam atividade docente.

Lei	Assunto
PORTARIA Nº 554, DE 20 DE JUNHO DE 2013	Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei Nº 9.394/1996	Define e regulariza o sistema de educação do Brasil de acordo ao que reza a Constituição.
LEI Nº 12.863, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013.	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal;
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior
RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Fonte: Autor (2020)

De acordo com o quadro 06, pode-se perceber em sua primeira regulamentação a LDB, que tem por intuito definir e regulamentar a educação do ensino básico ao superior no Brasil, conforme os preceitos constitucionais, de acordo com (DOS

SANTOS, 2019). No entanto, para os fins dessa pesquisa, se utilizarão apenas os aspectos diretamente relacionados ao ensino superior. Principalmente naquilo se refere à regulamentação da atividade docente de acordo com a citação do artigo abaixo:

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (BRASIL, 1996)

Todas as universidades pesquisadas fazem referência a essa regulamentação de forma explícita como obrigatoriedade para a progressão docente no interstício de 24 (vinte e quatro) meses. Dessa forma, os docentes das IES precisam necessariamente se dedicar no mínimo a 8 (oito) horas semanais de trabalho em sala de aula, o que geralmente corresponde a duas disciplinas de 60 (sessenta) horas. De acordo com (Dos Santos, 2019) ao afirmar que todos os docentes das IFES dão aula, porém um número diminuto se encontra no exercício das demais atividades: pesquisa e extensão.

Porém, dado a defasagem de pessoal docente, nos últimos anos nas IFES. O que se vem percebendo é um rateio das disciplinas pelos docentes ativos, em razão do que se encontram afastado por motivos de qualificação ou doença, o que conseqüentemente acarreta uma carga horária em sala de aula superior à mínima prevista em lei, o que pode acarretar mais ainda na menor adesão dos docentes às demais atividades, além do ensino.

Além da dificuldade da contratação de novos docentes em razão da vacância, seja por exoneração ou aposentadoria pelo Ministério do Planejamento no atual governo, que não mais ocorre de forma automática. Mas sim necessitando da abertura de um processo com as devidas justificativas do quadro docente atual, com número de disciplinas e alunos, que devam ser enviados para Brasília para posterior autorização. Retirando assim, a autonomia da universidade no que se refere à contratação de pessoal já previsto e aprovado em lei.

Já a Lei 8.112 de 1990, procura dispor de uma regulamentação de forma mais genérica para todos os servidores civis da União, principalmente no que se refere ao ingresso no serviço público; transferências e remoções; estabilidade; modalidades de vacância, e dentre outras.

Porém, já a Lei 12.772 de 2012, já procura dispor sobre a regulamentação da progressão docente no âmbito das universidades federais. Nessa lei há descrição da estruturação da carreira docente nos seus diferentes níveis de progressão. Tanto na modalidade vertical como horizontal. A progressão vertical se refere aquela que a mudança de nível, se dar em razão da titulação (Auxiliar – Assistente – Adjunto). Contudo, ela também pode ser alcançada apenas pelo tempo de serviço até a classe de adjunto.

É também nessa lei que há a regulamentação básica do interstício para a progressão docente no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, e aprovação dos docentes segundo os critérios de avaliação docente das IES, pela Comissão de Progressão de Pessoal Docente – CPPD.

Art. 12. O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2º A progressão na Carreira de Magistério Superior ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho.

(BRASIL, 2012)

A mesma lei, também trata da descrição das atividades a serem exercidas pelos docentes 40 (quarenta) horas, em regime de Dedicção Exclusiva – D.E. Por isso, essas atividades chamam atenção para a observância da indissociabilidade já apresentada por (De Deus, 2018), quando se referiu a natureza das universidades dentro do âmbito constitucional, que são elas ensino –pesquisa - extensão.

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

Todavia, a lei 12.772 de 2012 foi alterada pela Lei 12.863 de 2013, principalmente no que se refere ao desenho da estruturação da carreira docente conforme o quadro 07, abaixo:

Quadro 07: Carreira do Magistério Superior.

CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
Professor de Magistério Superior	E	TITULAR	ÚNICO
	D	Associado	4
			3
			2
			1
	C	Adjunto	4
			3
			2
	B	Assistente	1
			2
	A	Adjunto-A – se Doutor Assistente-A – se Mestre	2
			Auxiliar – se Graduado ou Especialista

Fonte: Brasil (2013)

E por último, tem-se a portaria de nº 554 do MEC, que procura desenhar e delinear as diretrizes que vão subsidiar a elaboração das resoluções de progressão docente das IES, por parte dos seus conselhos superiores. Contudo, ao analisar-se a referida portaria, se observou que em seu Art. 6, que se encontram as devidas especificações gerais para o estudo realizado. Tanto no que se refere às atividades de ensino, desenvolvimento de pesquisa, e atuação em atividades de extensão e administrativas, o que corrobora com a fala de (De Deus, 2018) ao afirmar sobre a indissociabilidade acadêmica. Lembrando que as atividades administrativas não se encontram como atividades fins das IES, no que se refere à indissociabilidades de funções constitucionais, como já anteriormente visto.

Art. 6º A avaliação para a progressão funcional na Classe A, com as denominações de Professor Adjunto A, Professor Assistente A, e Professor Auxiliar, Classe B, com a denominação de Professor Assistente, Classe C, com a denominação de Professor Adjunto e, Classe D, com a denominação de Professor Associado, levará em consideração, entre outros, os seguintes elementos:

I - desempenho didático, avaliado com a participação do corpo docente;

II - orientação de estudantes de Mestrado e Doutorado, monitores, estagiários ou bolsistas institucionais, bem como de alunos em seus trabalhos de conclusão de curso;

III - participação em bancas examinadoras de monografia, dissertações, de teses e de concurso público;

V - produção científica, de inovação, técnica ou artística;

VI - atividade de extensão à comunidade, de cursos e de serviços;

VII - exercício de funções de direção, coordenação, assessoramento, chefia e assistência na própria IFE ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura e de Ciência, Tecnologia e Inovação, ou outro relacionado à área de atuação do docente;

A partir do até então apresentado, verificou-se dar o desenho e a configuração da distribuição de pesos das diferentes atividades docentes nas resoluções das IFES pesquisadas, porque para (CORBUCCI, 2000) as atividades de pesquisa possuem maior peso e prestígio para os docentes. Já para (De Deus, 2018) são as atividades de ensino e pesquisa de forma conjunta.

O que se pode perceber inicialmente na redação das resoluções, é que não há uma distribuição obrigatória de pontuação necessária para as demais atividades de pesquisa e extensão, o que corrobora com a fala de (GOLÇAVES, 2015) ao afirmar o caráter dado de tratamento residual as atividades de extensão acadêmica. Diferentemente, do que ocorre com as atividades de ensino, principalmente no que se refere à quantidade de horas despendida em sala de aula.

Dessa forma, a natureza narrativa das resoluções pesquisadas, descreve uma obrigatoriedade para o exercício das atividades de ensino. Entende-se por essas atividades o ato de ministrar aulas de forma presencial ou pela modalidade de Educação à Distância – EAD. Também, geralmente se encontra como atividades de interseção entre ensino e pesquisa, as orientações de Trabalho de Conclusão de Cursos – TCC.

Além da atividade já descrita acima, tem também a participação dos docentes como membros avaliadores de TCC, seja na condição de presidente ou de membro convidado. Trabalhos esses que se encontram de forma intrínseca a qualquer docente, de qualquer área de conhecimento e, em qualquer curso de graduação.

Dessa forma, procurou-se construir uma tabela representativa com os valores de pontuação necessária para a obtenção da progressão docente em cada uma das IES pesquisadas. Bem como os valores representativos em termos percentuais do exercício

das atividades obrigatórias de 8 (oito) horas semanais em sala de aula. Somado aos trabalhos de uma orientação de TCC, contabilizada conjuntamente com a participação de membro presidente da banca por semestre.

3.2 – Pontuação da Progressão Docente

Tabela 02: Pontuação de Progressão docente das IES pesquisadas.

IFES	Pontuação p/ Progressão	Atividades de Ensino (8h)	Percentual de alcance	Orientação + Banca de TCC	Percentual de alcance	Total
UFERSA	60	34	56%	10	16%	72%
UFC	700	384	55%	230	33%	88%
UFBA	100	32	32%	12	12%	44%
UFCG	140	80	57%	100	71%	128%
UFMA	110	48	43%	20	18%	61%
UFPI	200	96	48%	32	16%	64%
UFRPE	120	74%	61%	44	36%	97%
UFS	55	20	36%	12	22%	58%
UFAL	120	80	66%	68	56%	122%

Fonte: Autor (2020)

Pela Tabela 02, visualiza-se que as atividades de ensino somadas às atividades de TCC's, nas universidades UFAL, UFCG e praticamente a UFRPE com 97%, os docentes já progredem na carreira não sendo mais necessário exercer as demais atividades da tríade acadêmica. Resultado esse, que coaduna com a fala de (GOLÇAVES,2015), ao revelar a supremacia da atividade de ensino, perante as demais dimensões acadêmicas. É importante destacar que essas três universidades totalizam 33% da amostra analisada.

Em seguida, temos a UFC com 88%. Pelo cenário desenhado, os docentes dessa IES, conseguem facilmente também progredir conforme (GOLÇAVES,2015). Apenas lecionando uma terceira disciplina por ano, seja na graduação ou na pós-graduação. Como também podem alcançar a progressão por outro caminho, ou seja, apenas com o aumento de mais uma orientação de TCC de graduação, por ano dentro do interstício.

Já na UFERSA a representação percentual de 72% da descrição das atividades básicas docentes descritas. Podem ser completadas com o somatório de mais uma disciplina por semestre, conjuntamente com mais uma orientação de TCC de graduação

por ano dentro do interstício. A semelhança desse cenário tem-se também a UFPI e UFMA, com 64% e 61% respectivamente. Necessitando, portanto, de apenas mais uma orientação de TCC de graduação por semestre agora dentro do interstício.

Essas sete IES públicas federais somadas já representam mais de 77% da amostra da pesquisa. Fato preocupante, quando se remete às funções de indissociabilidade das dimensões de ensino/pesquisa/extensão, conforme reza na constituição federal (BRASIL, 1988). Apesar de até então, ter se trabalhado apenas com a dimensão do ensino, em razão da sua obrigatoriedade pela Lei Nº 9.394/1996, de acordo com (BRASIL, 1996)

Tem-se também trabalhado as atividades de pesquisa pela orientação de TCC de graduação. Dado que essa atividade se configura com uma interface de indissociabilidade das dimensões de ensino e pesquisa. Esses trabalhos de TCC de conclusão de graduação ganham o caráter de pesquisa na avaliação de progressão docente (coautoria do docente), quando os mesmos são convertidos em artigos científicos para publicação em periódicos. Sejam essas revistas qualificadas ou não, dão ares de notoriedade aos docentes segundo (CORBUCCI, 2000).

Porém, dado a falta de maturidade acadêmica de muitos graduandos. Esses artigos são mais voltados para apresentação e publicação em anais de congressos em sociedades científicas, nas mais diversas áreas de conhecimento – no o docente como coautor. Aonde, geralmente o crivo de aceitação é bem maior, quando comparado aos periódicos científicos.

Por conseguinte, as únicas IES que instigam o docente a exercer outras atividades além das já supracitadas, pela estrutura narrativa e distribuição de pesos nas atividades profissionais das suas resoluções de progressão docente. São a UFS com 58%, e principalmente a UFBA com 44%. Essas IFES, instigam ao docente ao conceito de eficiência relatado por (CORBUCCI , 2000), dentro dos princípios da indissociabilidade universitária descrito por (BRASIL, 1996) e (TAUCHEN , 2009)

Ademais, os docentes dessas duas IES precisam complementar as suas atividades docentes para fins de progressão, além das aulas e trabalho de orientação acadêmica. Assim, os mesmos se sentem instigados a exercerem outras atividades como pesquisa e extensão dentro das IES.

No intuito de averiguar como se dar distribuição de pontos, ou peso dessas atividades de pesquisa e extensão. E como as mesmas podem de alguma forma influenciar a escolha racional dos docentes. Procurou-se criar Tabela 03, para comparar o peso que a coordenação de um projeto de extensão das IFES pesquisadas possui na progressão docente, quando comparada com a publicação de um artigo em anais de congresso nacional, geralmente oriunda de orientação de TCC de conclusão de curso de graduação (coautoria).

3.3 – Extensão acadêmica: Atividade obrigatória ou Complementar.

Tabela 03: Peso do Projeto de Extensão x Publicação em anais de congresso, para progressão docente.

IFES	Pontuação Máxima	Atividades de Extensão	Percentual de alcance	Publicação em anais de congresso nacional	Percentual de alcance	Total da Tabela 02
UFERSA	60	05	8%	07	11%	72%
UFC	700	200	28%	270	38,5%	88%
UFBA	100	12	12%	03	3%	44%
UFCG	140	15	10,7%	15	10,7%	128%
UFMA	110	04	3%	03	2,7%	61%
UFPI	200	10	5%	20	10%	64%
UFRPE	120	10	8%	10	8%	97%
UFS	55	02	3,6%	01	1,8%	58%
UFAL	120	20	16%	15	12,5%	122%

Fonte: Autor (2020)

Pela tabela acima as IFES: UFERSA; UFC; e UFPI, a publicação de um artigo em anais de congresso, que muitas vezes pode ser apresentado pelo docente em coautoria com o discente orientado, possui um peso maior na contabilização de progressão do que uma coordenação de um projeto de extensão. Já nas IFES: UFCG e UFRPE esses pesos são iguais. Esse dado reafirma a fala de (De Deus, 2018), ao relatar o papel secundário e coadjuvante destinado às atividades de extensão dentro dos ambientes universitários.

Nesses dois cenários, partindo da racionalidade econômica de esforço e resultado, os docentes não se sentem atraídos pela execução de atividades de extensão.

A não ser que haja outros interesses subjetivos de natureza acadêmica, pessoal ou mesmo social. De acordo com (RIBEIRO, 2011) ao falar das projeções e contribuições sociais que as atividades de extensão podem resultar para a comunidade e sociedade.

É interessante evidenciarmos que há áreas do conhecimento que a prática de ensino estar diretamente associado ao exercício de alguns projetos de extensão, como por exemplo, os cursos da área da saúde, conforme (NOZAKI, 2012). Nesse cenário as motivações podem ser bem diferentes dos professores dos centros de Tecnologias, Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, com algumas exceções.

Ao analisar as demais IFES: UFBA; UFAL; UFS; e UFMA a diferença percentual entre a coordenação de projeto de extensão e publicação em anais de congresso são respectivamente de 9%; 3,5%; 1,8%, 0,03%. Apenas a Federal da Bahia possui uma diferença considerável e vantajosa na coordenação de um projeto de extensão, quando comparada à publicação de artigo em anais de congresso, para efeitos de progressão. Dado a essa dimensão o devido valor e reconhecimento pelos seus feitos de acordo com a descrição da (FORPROEX, 2006)

Já a UFAL possui uma diferença razoável e não tão vantajosa de 3,5%. E as demais UFS e UFMA, a diferença apesar de superior, não se mostra tão significativa. Se levar em conta a carga de trabalho de iniciar a coordenação de um projeto de extensão do zero. O mesmo irá exigir bem mais tempo e dedicação por parte do docente, do que converter um trabalho de TCC de conclusão de curso em um artigo para ser publicado em anais de congresso nacional.

A partir dos dados extraídos da pesquisa documental, se pode perceber que a indissociabilidade acadêmica de ensino/pesquisa/extensão ainda não se encontra tão permeada assim. Principalmente, quando se refere às atividades de extensão por parte dos docentes. Já que a interface de ensino/pesquisa em todas as áreas do conhecimento é mais perceptível. Enquanto a interface ensino/extensão é mais visível e plausível em determinadas áreas do conhecimento como na área da saúde.

Dessa forma, se pode perceber pelos dados apresentados que há uma inobservância direta de ineficiência acadêmica por parte dos docentes, que se encontra em regime de trabalho 40 D.E, no que se refere ao exercício indissociável das práticas de ensino, pesquisa e extensão. Principalmente dessa última, dado que há possibilidades

reais de progressão docente, apenas com o exercício de ensino conjuntamente com os trabalhos de orientação de TCC. Quando não, essa progressão consegue ser complementada com atividades de pesquisas, já consorciadas com as atividades de orientação de monografias.

Contudo, as atividades de extensão, pela própria natureza da construção narrativa das resoluções de progressão docente das IFES pesquisadas, e dos pesos atribuídos às mais diversas atividades de cada uma das dimensões da tríade acadêmica. Pôde ser percebido claramente o papel coadjuvante, e secundário que a extensão acadêmica exerce nas IFES analisadas, quando comparada às demais dimensões universitárias. Fato esse, que corrobora com uma ineficiência no que diz respeito à inobservância da indissociabilidade acadêmica.

4.0 - Considerações Finais:

Após apresentação dos dados, a partir da pesquisa documental das resoluções de progressão docente das IFES. Pode-se perceber no primeiro objetivo específico, que o desenho da estrutura narrativa das referidas resoluções, iniciam-se balizadas pelas leis e portarias de âmbito federal. Na Constituição Federal, por exemplo, encontra-se a caracterização funcional da indissociabilidade da tríade: ensino/pesquisa/extensão.

Contudo, essa indissociabilidade não se apresenta retratada quando se depara com as especificações da regulamentação do ensino superior na LDB. Por conseguinte em seu Art. 57 descreve apenas a exigência de 8 (oito) horas semanais no mínimo do docente em sala de aula. Não havendo em nenhuma outra normativa de âmbito federal, quaisquer especificações de regulamentação referente a uma carga horária mínima de exercício do docente nas atividades de pesquisa e extensão.

Cabendo, assim, as próprias IFES o desenho das regulamentações no que se refere à distribuição do docente de forma obrigatória e/ou facultada nas demais dimensões de pesquisa e extensão.

Porém, já o segundo objetivo específico, o que se pode perceber pelos dados levantados nas IFES pesquisadas. Foi que as atividades de ensino consorciadas às atividades de pesquisa, por meio do processo de orientação dos trabalhos de conclusão de curso, e de suas respectivas bancas de defesas já são suficientes em termos de pontuação para a progressão docente dentro do interstício de 24 (vinte e quatro) meses em um número representativo da amostra pesquisada. Fato esse, que direta ou indiretamente acarreta num processo de ausência de estímulo ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão.

Todavia as atividades de pesquisa consorciadas às atividades de ensino já são mais expressivas. Primeiramente por meio dos TCC's, e conseqüentemente da produção de artigos oriundos dessas pesquisas. Segundo, as atividades de ensino da pós-graduação *stricto sensu*, que vinculam as atividades de ensino aos grupos de pesquisa. Evidências que acabam dando de certa forma, uma notoriedade dentro do meio acadêmico de uma associação complementar entre ensino e pesquisa. Fato que não é tão evidente, quando comparado às atividades de ensino e extensão. A não ser para o caso

dos cursos de desenvolvimento de prática de ensino, a exemplo dos cursos da área da saúde.

Assim, o desenho das resoluções de uma forma ou de outra, procura contemplar ações acadêmicas que possam pontuar de forma separada, mas correlacionadas no que se refere às atividades de ensino, conjuntamente com as ações de pesquisa. Fato que eleva as atividades de pesquisa à categoria de dimensão principal para a complementação da pontuação não alcançável, apenas com a prática de ensino.

Portanto, o terceiro e último objetivo específico, as dimensões de extensão no desenho da estrutura narrativa das resoluções de progressão acabam ganhando um papel terciário e poucas vezes complementar ao exercício das demais dimensões: ensino e pesquisa. Afirmação essa que pode ser comprovada, pela estrutura de pontuação das resoluções pesquisadas. Em que apenas as atividades de ensino e suas correlações já são necessárias para a referida progressão. E quando não for suficiente, a complementação pode vir a ser mais viável pelas atividades de pesquisa. Dado as correlações já anteriormente apresentadas entre ensino e pesquisa.

A partir das evidências conclusivas, pode se afirmar que as atividades de extensão nas IFES pesquisadas, desempenham papel terciário e pouco expressivo. Dado que os docentes não são estimulados pelas próprias resoluções de progressão a terem um exercício mais proeminente à semelhança das ações de ensino e pesquisa.

Entretanto, acredita-se que essa baixa adesão de docentes junto às atividades de extensão, dentro da tríade acadêmica deva à falta de uma regulamentação de âmbito nacional pelo próprio MEC. Assim, julga-se que a indissociabilidade acadêmica não seja exercida de forma plena pelas IFES, e conseqüentemente têm-se uma inobservância no que se refere ao trabalho eficiente docente 40 horas D.E, que foi contratado para exercer de forma indissociada das atividades de ensino/pesquisa/extensão.

Fica como sugestão para pesquisas futuras, o levantamento do percentual de docentes das IFES que possuem projetos de extensão cadastrados nas pró-reitorias de extensão. O percentual de docentes 40 horas D.E, que se aposentam nas IFES, sem nunca exerceram atividades de extensão. E mapeamento das atividades de extensão por curso ou áreas do conhecimento, para um melhor detalhamento e caracterização da natureza científica de cada área.

Referências Bibliográficas:

ALVES, L.L; MELO, D.S; DORNELLES, S.C; MARINHO, G.S; TAHIM, A.P.V.O;LIMA, M.A. **AVALIAÇÃO DOS DESAFIOS RELACIONADOS ÀS PRÁTICAS DOCENTES EM INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR.** *Revista expressão católica*, ano 2012, v.1, jun / jul. Disponível: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/1289>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

ANDERY, Maria Amália *et al.* **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 11. ed. São Paulo: EDUC, 2002.

BARICHELLO, E. M. R. **Comunicação e comunidade do saber.** Santa Maria: Editora Palotti, 2001.

BELLONI, José Angelo. **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de universidades federais brasileiras.** 2000. Monografia (Mestrado em Pós Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 20 agosto. 2020.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Legislação Federal e Marginália, 2014.

_____. **LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.** Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Acesso em 04/10/2020.

_____. **PORTARIA Nº 554, DE 20 DE JUNHO DE 2013.** Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho. Disponível: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/MATERIA//ASSET_PUBLISHER/KUJRW0TZC2MB/CONTENT/ID/30686939/DO1-2013-06-21-PORTARIA-N-554-DE-20-DE-JUNHO-DE-2013-30686935. Acesso em 04/10/2020.

_____. [LEI Nº 12.863, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013](#). Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm. Acesso em 04/10/2020.

_____. [LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012](#). Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em 04/10/2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, ano 47, v. 120, n. 1, jan./abr. 1996. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550>>. Acesso em: 30 agosto. 2020

BUARQUE, C. **A Universidade numa Encruzilhada**. In: A Universidade na Encruzilhada. Seminário Universidade: por que e como reformar? Brasília, 6-7 ago. 2003. Brasília: UNESCO Brasil, Ministério da Educação, 2003.

Carvalho, Renata Albuquerque de . **Cultura Organizacional em instituições de ensino superior: do foco no cidadão ao cumprimento das normas**. - 2019. 110 f. : il.

CORBUCCI, P. R. As Universidades Federais: gasto, desempenho, eficiência e produtividade. *Texto para Discussão*, IPEA, n. 752, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 05 Agosto. 2020.

COSTA, F. J.; SOUZA, S. C. T ; SILVA, A. B. Um modelo para o processo de orientação napós-graduação. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 823-852. set. 2014.

De Deus, S. D. F. B. (2018). A extensão universitária e o futuro da universidade. *Revista Espaço Pedagógico*, 25(3), 624-633.

DIÓGENES, F. C. B.; CUNHA, M. B. da. Desenvolvimento das universidades e bibliotecas universitárias na Idade Média até à Modernidade. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 15, n. 1, p. 99-129, 2017.

Dos Santos, E. Ensino, Pesquisa, Extensão: Um estudo de Caso na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no Estado do Rio Grande do Norte - 2019. 73 f. il.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional, 2008. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidade outra forma de ensino**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2006.

FORUM DOS PRO-REITORES DE EXTENSAO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PUBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus, 2012. 39 p.

_____. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília:MEC/SESu, 2006. Disponível em:<<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitariaeditado.pdf>>. Acesso em: 16 agosto. 2020.

GARRAFA, V. (org.). *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades, 1987/1988*. Brasília: Ed. UNB, 1989.

GONÇALVES, N.G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. *Perspec.* 2015; 33(3):1229-56.

GOODY, Jack. *O Roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

Hunger, Dagmar et al. O dilema extensão universitária. *Educação em Revista*. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 30, n. 3, p. 335-354, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114204>>.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais da Idade Média**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MANCEBÓN, María Jesús; MUÑIZ, Manuel, A. Private versus public high schools in Spain: disentangling managerial and programme efficiencies. *Journal of the Operational Research Society*, Abingdon-on-Thames, v. 59, n. 7, p. 892-901, 2008.

MARCELO; G. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo - revista de ciências da educação** ·n.º 8 · jan/abr 2009.

MENDES, A. M. B. et. al. Extensão Universitária: Entenda e Estenda a Importância dessa Idéia. In: X JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX, 10., 2Recife, 2010. **Anais...** Recife: UFRPE, 2010. Disponível em: <<http://www.sigeventos.com.br/jepex/inscricao/resumos/0001/R1241-1.PDF>>. Acesso em: 12 agosto. 2020.

MERTON, R. K. Estrutura burocrática e personalidade. In: CAMPOS, E. C. (Org.) **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

NOZAKI, J. M. *Os significados e as implicações da Extensão Universitária na Formação Inicial e na Atuação Profissional em Educação Física*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

PINA-OLIVEIRA, A. A.; CHIESA, A. M. Boaventura de Sousa Santos e suas contribuições para a extensão universitária no século XXI. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis, v. 13, n. 23, p. 3-15, set. 2016. Disponível em: . Acesso em: 09 agosto. 2020.

RIBEIRO, R. M. C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogo: pesquisa em extensão universitária**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 81-88, 2011. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3185/2079>>. Acesso em: 20 agosto. 2020.

SANTOS B. S.; ALMEIDA FILHO N. (Org.). **A Universidade no século XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOUZA, G. C.; SANTOS, E. T.P. História da administração pública: uma síntese. *In*: OLIVEIRA, Saulo Barbará de (Org.). **Instrumentos de Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 19-31.

VEIGA, I. P. A. **Repensando a didática**. 3. ed. 2. reimp. Campinas: Papirus, 2013.

TAUCHEN, Gionara. *O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

UnB - Educação. **Núcleo do Projeto Rondon**. Disponível em: <<http://ptbr.facebook.com/pages/N%C3%BAcleo-do-Projeto-RondonUnB/186110844776485?sk=info>>. Acesso em: 16 agosto. 2020.